

CONTRATO Nº 27/2016

Termo de contrato celebrado entre a
**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA
URBANA - COMLURB** e a empresa **EDATEL
TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME** para
prestação de serviços na forma abaixo.

A **COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB**, situada na Rua Major Ávila nº 358, Tijuca, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.124.693/0001-74, inscrição municipal n.º 01.050.966, doravante denominada **COMLURB**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **LUCIANO MOREIRA SANTOS** e por seu Diretor de Administração e Finanças **PEDRO DE VASCONCELOS TORRES DANTAS** e a empresa **EDATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME**, com sede na Rua Belarmino de Matos, nº 150 – Fundos – Casa 1, Vicente de Carvalho, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21.220-270, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.277.128/0001-05, inscrição municipal n.º 0.176.141-2, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio **EDUARDO SIDNEY DOMINGOS PEREIRA**, titular da carteira de identidade sob o n.º 08.515.522-4, IPR/RJ, inscrito no CPF sob o n.º 013.663.397-89, têm justo e acordado o presente contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do Pregão Eletrônico nº 149/2016 (processo administrativo nº 01/501.360/2016), homologado por ato do Diretor-Presidente e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. – RIO em 12/05/2016, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 30.538/2009, Leis Complementares nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal nº 207/80, ratificada pela Lei Complementar Municipal nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código retro citado (RGCAF) aprovado pelo Decreto nº 3.221/81, pela Lei nº 2.816/99 e pelos Decretos nº 17.907/99 e nº 21.083/2002, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições constantes do Edital e seus anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de enlaces de dados (circuito de dados), devidamente descrito, caracterizado e especificados no Termo de Referência e na Especificação Técnica (**Anexos II e X** do Edital de Pregão Eletrônico nº 149/2016).

Parágrafo único – O objeto do contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidas no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no termo de referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pela **COMLURB**.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR

O valor total do presente contrato é de R\$ 551.520,00 (quinhentos e cinquenta e um mil e quinhentos e vinte reais), tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2016/001304, no valor de R\$ 160.860,00 (cento e sessenta mil, oitocentos e sessenta reais). As despesas previstas neste instrumento para o presente exercício correrão à conta do Programa de Trabalho nº 43.51.15.126.0385.4765, Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.72, correndo as despesas dos exercícios seguintes à conta dos respectivos orçamentos.



CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

Somente ocorrerá reajuste do preço contratado a cada período de 24 (vinte e quatro) meses, da data de assinatura do Contrato, e com base na variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E), publicado pelo IBGE, de acordo com a legislação municipal vigente.

Parágrafo único - O reajuste será calculado por meio da seguinte fórmula:

$R = Po [(I-Io)/Io]$, onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data de assinatura.

Parágrafo único - O prazo de vigência poderá ser prorrogado ou alterado, na forma da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à **CONTRATADA**, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, por meio de crédito em conta bancária da **CONTRATADA** e em até 30 (trinta) dias contados da data do protocolo do documento de cobrança devidamente atestado pelo setor competente da **COMLURB**.

Parágrafo primeiro - Para fins de medição (se for o caso) e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo segundo - O pagamento à **CONTRATADA** será realizado em razão do serviço efetivamente prestado e aceito no período-base mencionado no parágrafo anterior, sem que a **COMLURB** esteja obrigada a pagar o valor total do contrato.

Parágrafo terceiro - O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e após, protocolado na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB**.

Parágrafo quarto - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à **CONTRATADA** para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo quinto - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB** e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo sexto - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB**.

Parágrafo sétimo - A **CONTRATADA** deverá apresentar, juntamente com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e do INSS de todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) em vigor.



b7c

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA

A **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade de caução em dinheiro, no valor de R\$ 11.030,40 (onze mil, trinta reais e quarenta centavos), equivalente a 2% (dois por cento) do valor do contrato, conforme o art. 445 do RGCAF.

Parágrafo primeiro - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Parágrafo segundo - Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a **COMLURB** recorrerá à garantia para ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados pela **CONTRATADA** no descumprimento de suas obrigações, ou na má execução ou inexecução do contrato, podendo ainda reter créditos para reparar esses prejuízos.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização da execução dos serviços caberá à Gerência de Tecnologia da Informação (FGI) por meio de comissões formadas por, no mínimo, três servidores cuja capacitação os habilite verificar o eficiente cumprimento do objeto do contrato, nos termos do art. 6º do Decreto nº 34.012/11. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo primeiro - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **COMLURB**, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo segundo - Compete à **CONTRATADA** fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a **COMLURB**, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em corresponsabilidade da **COMLURB** ou de seus prepostos.

Parágrafo quarto - A **CONTRATADA** se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização da **COMLURB** acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Entregar o objeto do contrato de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Especificação Técnica (Anexos II e X do edital de Pregão Eletrônico nº 149/2016), sem quaisquer ônus para a **COMLURB**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias, se houver;
- b) Tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da entrega dos materiais. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas;



- c) Responsabilizar-se pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à **COMLURB** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores;
- d) Atender as determinações e exigências formuladas pela **COMLURB**;
- e) Substituir, por sua conta e responsabilidade, os materiais recusados pela Fiscalização da **COMLURB**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem que isso acarrete qualquer ônus para a **COMLURB** ou a releve das sanções previstas na legislação vigente;
- f) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à satisfatória e integral execução do contrato;
- f.1) A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas relacionados aos seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f.2) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da **CONTRATADA** ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela **CONTRATADA**, com a inclusão da **COMLURB** ou do Município do Rio de Janeiro no pólo passivo como responsável subsidiário, a **COMLURB** poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- f.3) A retenção prevista na alínea "f.2" será realizada na data do conhecimento pela **COMLURB** ou pelo Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários;
- f.4) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela **CONTRATADA**;
- f.5) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na alínea "f.4", a **COMLURB** efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**;
- f.6) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida;
- g) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à contratação do pessoal a ser empregado na entrega do objeto contratado e descrito no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA COMLURB

São obrigações da **COMLURB**:

- I – realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste contrato;
- II – realizar a fiscalização dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste contrato se dará mediante a avaliação da Comissão de Fiscalização prevista na cláusula oitava, que constatará se os serviços atendem a todas as especificações contidas no Edital que ensejou a presente contratação.

Parágrafo primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário

à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a **CONTRATADA** deverá reexecutar os serviços não aceitos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da **COMLURB** a partir da data da efetiva aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir as etapas e o prazo do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado à **COMLURB** suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e garantida a defesa prévia, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do saldo não atendido do contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão administrativa (art. 530, III, RGCAF);
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" desta cláusula podem cumular-se com eventuais multas e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

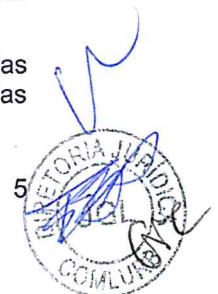
Parágrafo segundo - As multas deverão ser recolhidas junto à Gerência de Orçamento e Finanças - FGF/DAF da **COMLURB** no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D. O. RIO do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá, também, conhecimento, na conformidade do art. 595 do RGCAF.

Parágrafo terceiro – Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo quarto – O valor da multa aplicada também poderá ser compensado com eventuais créditos devidos à **CONTRATADA**.

Parágrafo quinto – A **COMLURB** poderá suspender, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à **CONTRATADA** até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

Parágrafo sexto – As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



Parágrafo sétimo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto no prazo estabelecido pela **COMLURB**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo oitavo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “b” a “d” do caput é da competência do Diretor responsável pela fiscalização dos serviços e a da alínea “e” é da competência exclusiva do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECURSOS

Contra as decisões que resultarem penalidade, a **CONTRATADA** poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação de qualquer penalidade, exceto na hipótese prevista na alínea “e” da Cláusula Décima Nona, em que o prazo será de 10 (dez) dias úteis;
- b) Recurso hierárquico a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

A **COMLURB** poderá rescindir administrativamente o contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529 do RGCAF e no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no D.O. RIO.

Parágrafo segundo - Rescindido o contrato, a Administração assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de rescisão, a **CONTRATADA**, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo quarto - A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pela **COMLURB**.

Parágrafo quinto – A **COMLURB** ressarcirá os prejuízos comprovadamente sofridos, nos casos de rescisão sem culpa da **CONTRATADA**, promovendo ainda:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja.

Parágrafo sexto – Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas aos serviços medidos e aceitos até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUBCONTRATAÇÃO

A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da **COMLURB** e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo primeiro - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

Parágrafo segundo - A subcontratada será solidariamente responsável com a **CONTRATADA** por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do



contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

A **COMLURB** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93, a expensas da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A **COMLURB** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município observando os termos da Deliberação TCM nº 219/15.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o período de execução do contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

b) Em caso de divergência entre as disposições do edital (e seus anexos) e do contrato, prevalecerão as do presente instrumento.


c) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2016.



LUCIANO MOREIRA SANTOS
Diretor-Presidente
COMLURB

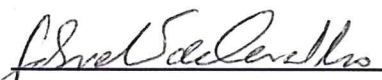


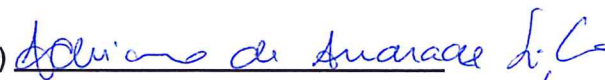
PEDRO DE VASCONCELOS TORRES
DANTAS
Diretor de Administração e Finanças
COMLURB



EDUARDO SIDNEY DOMINGOS PEREIRA
EDATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME

TESTEMUNHAS:

1) 
Nome: **GABRIELA T. DE CARVALHO**
CPF: **054.576.627-96**

2) 
Nome: **ADRIANO DE ANDRADE SILVA**
CPF: **044.359.357-99**

solidação - Matr. 256.019, PR Pedretti Assistencia Medica ME - admissão de sócio / consolidação / aumento do capital - Matr. 262.924, Julia Menna Barreto Produções Culturais Ltda - consolidação / alt de objeto - Matr. 263.321, Qualivida Consultoria Empresarial e Gestão em Cobranças Ltda - alt de sede / consolidação / alt de objeto - Matr. 266.002, CONTRATOS: Alberto Car Oficina Ltda - ME - Matr. 269.216, C. R. VI Estilo e Design Cabelos Ltda - ME - Matr. 269.217, PRONAT - Produtos Naturais e Integrals Ltda - ME - Matr. 269.218, Luguca Vendas e Serviços de Informática Ltda - ME - Matr. 269.219, ESTATUTOS: Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista do Rio de Janeiro - Matr. 269.220, Centro Comunitário Social da Vila São Miguel - Matr. 269.221, Associação de Pastores Evangélicos de Santa Cruz - Matr. 269.222, Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Caminho Santo - Matr. 269.223, Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão, Celulose, Pasta de Madeira para Papel e Papelão, Cortiça e Transformação de Papel no Estado do Rio de Janeiro - SINDPAPELRJ - Matr. 269.224,

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MUNICIPAL BARATA RIBEIRO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(DECRETO Nº 3221, DE 18 DE SETEMBRO DE 1981)
Processo Instrutivo nº: 09/78/000.054/2015
Termo de Retificação nº: 34/2015 ao Contrato nº 26/2015
Assinatura: 01/12/2015
Partes: PCRJ/SMS/Hospital Municipal Barata Ribeiro e HOME BREAD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Objeto: Retificação da Cláusula Sexta do Contrato nº 26/2015
Prazo: 180 (cento e oitenta) dias, de 26/06/2015 a 22/12/2015
Fundamento: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8666/93

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB
DIRETORIA JURÍDICA - DJU
EXPEDIENTE DE: 21.06.2016

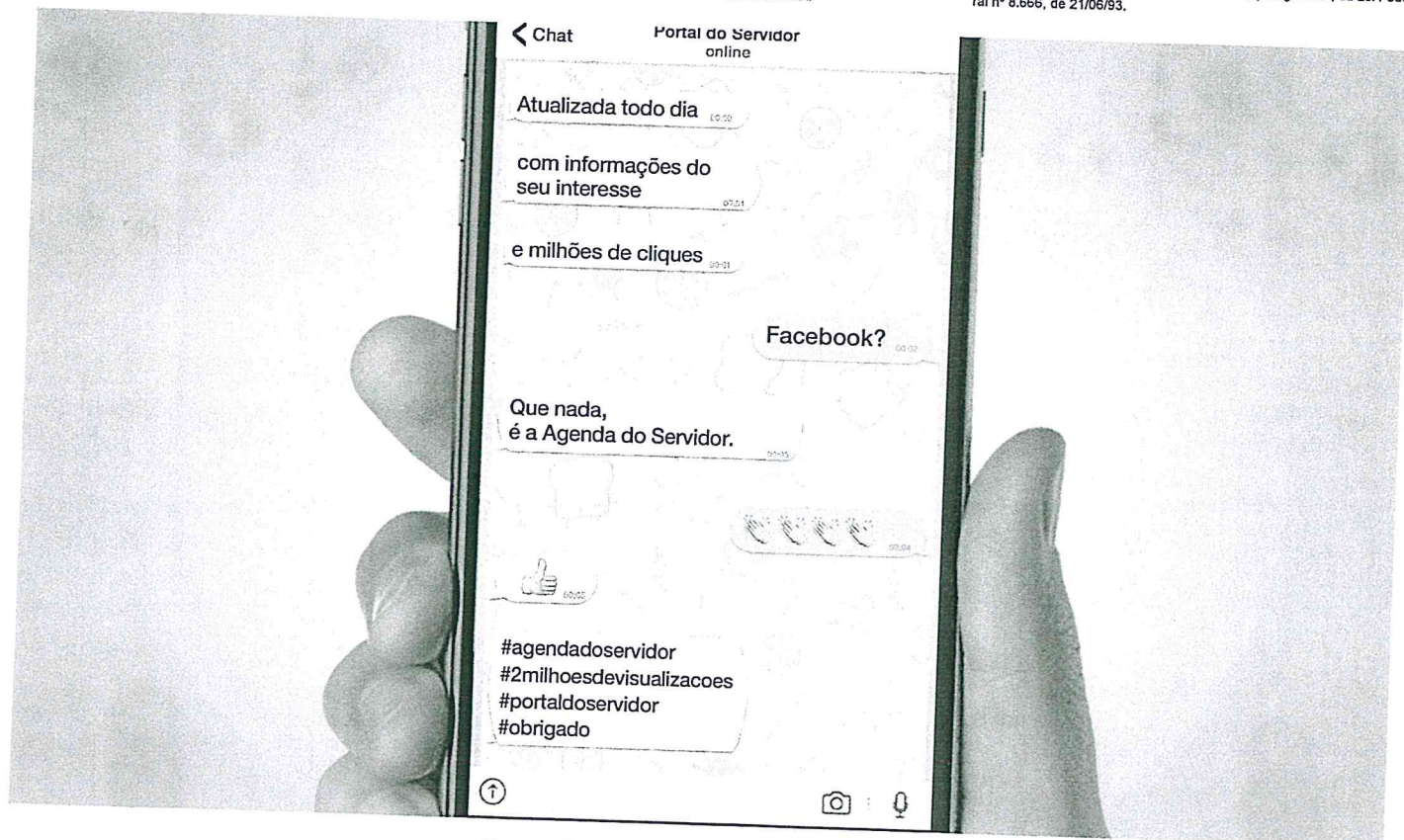
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Instrutivo nº: 01/501.360/16
Contrato nº: 27/2016
Data de Vigência do Contrato: a partir de 1.07.2016
Partes: COMLURB e EDATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME
Objeto: Contratação de enlaces de dados
Prazo: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.
Valor: R\$ 551.520,00
Nota de empenho: 2016/001304, no valor de R\$ 160.860,00.
Programa de trabalho: 43.51.15.126.0385.4765
Natureza de despesa: 3.3.90.39.72
Fundamento: Lei 10.520/02 e Decreto Municipal 30.538/09

DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
Processo Administrativo: 12/500.148/2014.
Instrumento: 2º T. Aditivo nº 020/2016 ao Contrato nº 025/2014.
Data da Assinatura: 03 de junho de 2016.
Partes: RioFilme e Sodexo Pass do Comércio S/A.

Objeto: Prorroga o contrato de prestação de serviços de fornecimento de vales refeição/alimentação para funcionários.
Prazo: 12 (doze) meses a contar de 03 de junho de 2016.
Valor: R\$ 259.140,81 (duzentos e cinquenta e nove mil cento e quarenta reais e oitenta e um centavos).
Programa de Trabalho: 30.51.13.392.0383.4343.
Natureza de Despesa: 3.3.90.39.23.
Fonte de Recurso: 100.
Notas de Empenho: 000201/2016.
Fundamentação: Art. 57, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 1º do Decreto nº 19.810/2001 e Decreto 25.240/2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ENVELHECIMENTO ATIVO,
RESILIÊNCIA E CUIDADO - SEMEARC
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
EXPEDIENTE DE 22/06/2016
PROCESSO: nº 28/000.042/2016
INSTRUMENTO: Nº 011/2016 do Livro SEMEARC-nº 05;
DATA: 22/06/2016;
PARTES: SEMEARC e Instituto Brasileiro de Ações, Pesquisas e Estudos Sociais IBRAPES;
OBJETO: Projeto Nosso Espaço;
PRAZO: 12 meses;
VALOR: R\$ 8.667.868,20 (Oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);
FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso XIII c/c Art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93.



**PORTAL DO
SERVIDOR**